

BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DE SAÚDE RJ

Termo de Referência 118/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
118/2025	160242-BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DE SAÚDE RJ	BRENO MARTINS GUEDES	20/05/2026 15:08 (v 1.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		65475.000678/2025-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO MILITAR DO LESTE

1ª REGIÃO MILITAR

BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA - SRP (IRP)

1.1. Aquisição de **Órtese, Prótese e Materiais Especiais (NEUROCIRURGIA IV)**, em regime de fornecimento sob demanda, para atender às demandas de cirurgias do HCE conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Os quantitativos inicialmente lançados no artefato do órgão gerenciador, quando provisórios para fins de abertura da IRP, serão consolidados ao término do procedimento de Intenção de Registro de Preços, oportunidade em que passarão a refletir a demanda total do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, integrando a versão final do Termo de Referência e do edital.

1.2. A tabela com a descrição dos itens, quantidades e descrição complementar encontram-se também em anexo.

1.2.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Item	Descrição/ identificação	CATMAT	Unidade de fornecimento	Qtd HCE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO 01 - KIT DE PROTOTIPAGEM						
	Protótipo + protese					

1	pré-moldada em titânio com baixo e perfil para falhas ósseas pequenas ou médias (Orbita / Temporal / Occipital). Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	359393	UN	3	R\$ 260.000,00	R\$ 780.000,00
2	Protótipo + protese pré-moldada em titânio com baixo perfil para falhas ósseas extensas (Craniotomia descompressiva). Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	356528	UN	7	R\$ 295.000,00	R\$ 2.065.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 01					R\$ 2.845.000,00	
GRUPO 02 - KIT APREENSORES						
3	Apreensor neurocirúrgico em titânio standard reto, semicurvo, curvo, baioneta com comprimento de 5-40mm, força de 80-300g, seguro até 3 teslas. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá	405379	UN	15	R\$ 850,00	R\$ 12.750,00

	obedecer às normas vigentes da ANVISA.					
4	<p>Aprensor neurocirúrgico em titânio fenestrado reto, semicurvo, curvo, baioneta com comprimento de 3-12mm, força de 80-300g, seguro até 3 teslas. Estéril.</p> <p>Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.</p>	405406	UN	15	R\$ 850,00	R\$ 12.750,00
5	<p>Aprensor neurocirúrgico em titânio curto/mini fenestrado ou não reto, semicurvo, curvo, baioneta com comprimento de 2,8-7mm, força de 70-110g, seguro até 3 teslas. Estéril.</p> <p>Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.</p>	405371	UN	15	R\$ 3.000,00	R\$ 45.000,00
6	<p>Aprensor neurocirúrgico em titânio com barra em T fenestrado reto, semicurvo, curvo, baioneta com comprimento de 5-13mm, força de 150-180g, seguro até 3 teslas. Estéril.</p> <p>Embalado em material que promova</p>	405413	UN	15	R\$ 850,00	R\$ 12.750,00

	barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.					
7	Apreensor neurocirúrgico em titânio com base piramidal para MAVs reto e semicurvo com comprimento de 2-5mm, força de 50-70g, seguro até 3 teslas. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	405413	UN	20	R\$ 850,00	R\$ 17.000,00
8	Apreensor neurocirúrgico em titânio de reforço curvo, força de 300g, seguro até 3 teslas. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	405413	UN	10	R\$ 850,00	R\$ 8.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 02					R\$ 108.750,00	
GRUPO 03 - KIT DE DERIVAÇÃO EXTERNA						
	Conjunto de drenagem composto por cateter ventricular reto de silicone radiopaco com 23-35cm de comprimento, estilete reto inox, conector com abas horizontais;					

9	<p>trocater curvo de aço inox, atenuador de stress para o cateter ventricular, sistema de fechamento com rosca, escala de medição com 27cm incorporada ao tabuleiro termo formado, uma câmara conta-gotas 20 ml com filtro antibacteriano, tubagem equipada com clampes, válvula antirrefluxo, conector em Y com Needle Free (Interlink) para coleta de amostra de líquido, uma torneira de três vias com abertura para sistema com rosca para monitorização da PIC, bolsa coletora graduada em incrementos de 50 ml, em vinil, com capacidade de até 700 ml e com dispositivo de esvaziamento Needle Free( Interlink). Descartável. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.</p>	459207	UN	150	R\$ 690,00	R\$ 103.500,00
	<p>Conjunto de drenagem composto por cateter ventricular reto de silicone radiopaco com 23-35 cm de comprimento, estilete reto inox,</p>					

	conector com abas horizontais; trocater curvo de aço inox, atenuador de stress para o cateter ventricular, sistema de fechamento com rosca, escala de medição com 27cm incorporada ao tabuleiro termo formado, regulação de pressão intracraniana PIC com conversão a mmHg e mmH2O e instruções em português, reservatório de pequeno volume graduado com capacidade de 100 ml e com filtro antibacteriano, válvula antirrefluxo, uma torneira de três vias com abertura para sistema com rosca para monitorização da PIC, conector em Y com Needle Free (Interlink) para coleta de amostra de líquido; bolsa coletora graduada, em vinil, com capacidade de até 800 ml e com dispositivo de esvaziamento Needle Free( Interlink). Descartável. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas					
10		459207	UN	50	R\$ 690,00	R\$ 34.500,00

	vigentes da ANVISA.					
11	<p>Sistema de drenagem lombar externa composto de: um cateter lombar em silicone de 40 cm, fio guia, atenuador de stress para evitar laceração do cateter, peça acessória de silicone para fixação no espaço subcutâneo, tunelizador, equipo com sitio de injeção, torneira 3 vias, agulha Touhy 14g, conector Luer com abas horizontais, guia de inserção do cateter lombar, bolsa coletora de fluidos com capacidade de 700 ml. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. Descartável. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.</p>	459211	UN	10	R\$ 499,00	R\$ 4.990,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 03					R\$ 142.990,00	
GRUPO 04 - KIT DE DERIVAÇÃO GRAVITACIONAL						
	<p>Válvula para hidrocefalia programável em titânio, compatível com ressonância magnética de 3 teslas, pressão de abertura de 0-20 cm água podendo ser regulada externamente, com</p>					

12	dispositivo gravitacional em titânio de dupla pressão que controla o fluxo do líquido dependendo da posição do paciente evitando hipodrenagem ou hiperdrenagem. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	459207	UN	10	R\$ 684,50	R\$ 6.845,00
13	Passador descartável da válvula com 30-60cm de comprimento. Descartável. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	459206	UN	10	R\$ 2.250,00	R\$ 22.500,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 04					R\$ 29.345,00	
GRUPO 05 - KIT DERIVAÇÃO						
	Sistema de derivação ventrículo-peritoneal programável, de baixo perfil , com mecanismo valvular esférico, localizado sobre uma camera giratória de forma espiral, contendo um motor graduado, para a aplicação do campo magnético específico, com assento valvular também em rubi sintético, 18 Pressões de abertura, de 30-					



14	200mmH2O, pré-camara para funcionamento e coleta de líquido, promovendo o controle consistente da pressão intracraniana, independente do fluxo liquórico. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	459205	UN	20	R\$ 655,00	R\$ 13.100,00
15	Sistema de derivação ventrículo-peritoneal de baixa ou média ou alta pressão e perfil baixo, com mecanismo valvular esférico, cateter ventricular de 14cm, cateter peritoneal medindo 120cm, conectores retos, estilete para colocação ventricular, pre-câmara, promovendo o controle consistente da pressão intracraniana. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	459204	UN	10	R\$ 14.000,00	R\$ 140.000,00
	Sistema de derivação ventrículo-peritoneal micro de alta ou média ou baixa pressão e perfil extra-					

16	<p>baixo, com mecanismo valvular esférico, cateter ventricular de 14cm, cateter peritoneal medindo 120cm, conectores retos, estilete para colocação ventricular, promovendo o controle consistente da pressão intracraniana. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.</p>	459204	UN	5	R\$ 14.000,00	R\$ 70.000,00
17	<p>Cateter ventricular /peritoneal impregnado de antibiótico com conexão universal. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.</p>	459202	UN	5	R\$ 780,00	R\$ 3.900,00
18	<p>Conector plástico em forma de “Y” para cateter, utilização para mais de uma válvula quando necessário. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.</p>	447043	UN	5	R\$ 11,98	R\$ 59,90
	Conector plástico					

19	reto para emenda entre cateteres. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	447042	UN	5	R\$ 7,40	R\$ 37,00
20	Derivação lombo-peritoneal tipo James com 80cm de comprimento estéril, diâmetro de 0.76mm interno e 1.65mm externo. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	459207	UN	5	R\$ 690,00	R\$ 3.450,00
21	Reservatório tipo Omayá para a infusão de fármacos intraventricular nos diâmetros de 14mm e 24mm. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	461689	UN	5	R\$ 2.718,18	R\$ 13.590,90
22	Passador de cateter peritoneal pediátrico medindo aproximadamente 36cm. Descartável. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do	459206	UN	10	R\$ 2.250,00	R\$ 22.500,00

	produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.					
23	Passador de cateter peritoneal adulto medindo aproximadamente 55cm. Descartável. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	615462	UN	20	R\$ 1.192,00	R\$ 23.840,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 05					R\$ 290.477,80	
GRUPO 06 - KIT MONITORIZAÇÃO DA PRESSÃO INTRACRANIANA COM SENSOR DE MICROCHIP						
24	Transdutor para monitorização de pressão intracraniana, intraventricular, tecnologia de microship com semi condutor strain gauge, sensor revestido internamente com fio de cobre, e externamente em silicone, cateter destacável, flexível externamente revestido de nylon (0,7mm e 1,2mm lateralmente na extremidade do cateter, desvio máximo de 1,0mmHg em 09 dias, fidelidade maior que 10.000 Hz. Descartável. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A	335300	UN	40	R\$ 252,77	R\$ 10.110,96

	apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.					
25	Transdutor para monitorização de pressão intracraniana, intraparenquimatosa ou subdural, tecnologia de microship com semi condutor strain gauge, sensor revestido em silicone, desvio máximo de 1,0 mmHg em 09 dias, fidelidade maior que 10.000 Hz. Descartável. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	335300	UN	10	R\$ 252,77	R\$ 2.527,74
VALOR TOTAL DO GRUPO 07					R\$ 12.638,70	
GRUPO 07 - KIT MONITORIZAÇÃO DA PRESSÃO INTRACRANIANA COM SISTEMA DE FIXAÇÃO TIPO BOLT DE AÇO						
26	Kit para monitorização da pressão intracraniana ventricular montado em bolt de aço e catéter com fibra óptica, extremidade transdutora e sensor de temperatura. Descartável. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do	353578	UN	40	R\$ 18.000,00	R\$ 720.000,00

	produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.					
27	<p>Kit para monitorização da pressão intracraniana parenquimal montado em bolt de aço e catéter com fibra óptica, extremidade transdutora e sensor de temperatura. Descartável. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.</p>	353577	UN	10	R\$ 16.599,90	R\$ 165.999,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 07					R\$ 885.999,00	
GRUPO 08 - KIT MONITORIZAÇÃO ELETROFISIOLÓGICA PER-OPERATÓRIA						
28	<p>Conjunto para cirurgia de tumores cerebrais com monitoramento eletroneurofisiológico de potenciais evocados e captação de estímulos somatossensitivos, contendo eletrodos de espirais de agulha e agulha subdermicas retas. Descartável. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.</p>	353576	UN	150	R\$ 1.850,00	R\$ 277.500,00
	<p>Conjunto para cirurgia de tumores supra tentoriais, com necessidade de localização e</p>					

29	<p>mapeamento da área motora ou para eletrocorticografia, intraoperatoria com monitoramento neurofisiológico, captação de estímulos somatossensitivos, contendo eletrodos especiais de grids ("strips") além de eletrodos de espirais de agulha e agulha subdermicas retas. Descartável. Estéril.</p> <p>Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.</p>	353575	UN	5	R\$ 1.850,00	R\$ 9.250,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 08					R\$ 286.750,00	
GRUPO 09 - HEMOSTÁTICOS DE CELULOSE REGENERADA						
30	<p>Tecido Estruturado em material não tecido e absorvível, preparado através da oxidação controlada da celulose regenerada. Malha hemostática trançada. Podendo ser suturado ou cortado sem desfiar ou desmanchar em contato com fluidos. Com a comprovação bactericida in vivo.</p> <p>Medindo aproximadamente 10, 2 cm x 20,3 cm. Estéril.</p> <p>Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A</p>	431225	UN	50	R\$ 1.750,00	R\$ 87.500,00

	apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.					
31	<p>Tecido Estruturado em material não tecido de rápido hemostasia e absorvível, preparado através da oxidação controlada da celulose regenerada. Malha hemostática trançada. Podendo ser suturada ou cortada sem desfiar ou desmanchar em contato com fluidos. Com a comprovação bactericida in vivo.</p> <p>Medindo aproximadamente 2,5 cm x 5,0 cm. Estéril.</p> <p>Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.</p>	431254	UN	50	R\$ 150,00	R\$ 7.500,00
32	<p>Tecido estruturada em material não tecido e absorvível, preparado através da oxidação e controlada da celulose regenerada. Malha hemostática em fibras. Podendo ser descamado ou delaminado em até 7 camadas, não devendo se desmanchar em contato com fluidos. Com a comprovação bactericida in vivo.</p> <p>Medindo</p>	431248	UN	1000	R\$ 230,00	R\$ 230.000,00



	aproximadamente 5,1 cm x 10,2 cm. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.					
33	Matriz hemostática fluida de gelatina absorvível de origem porcina. Conjunto contendo 2 seringas e 2 ponteiros, sendo uma com memória (flexível) e a outra podendo ser cortada do tamanho desejado. Volume total de 6 cm3. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	431242	UN	100	R\$ 80,00	R\$ 8.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 09					R\$ 333.000,00	
GRUPO 10 - KIT DE SUPRIMENTOS PARA O NAVEGADOR MEDTRONIC PRESENTE NO HOSPITAL						
34	Esferas descartáveis para localização, recobertas com material reflexivo. Utilizável em todos os instrumentos do sistema de navegação neurocirúrgica. Estéril. Descartável. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá	622793	UN	100	R\$ 5,04	R\$ 504,00

	obedecer às normas vigentes da ANVISA. O produto deve ser homologado pela Brainlab para uso no navegador Curve.					
35	Agulha pré-calibrada para biópsias cerebrais. Diâmetro externo de 1.8mm e comprimento efetivo de 150mm. Descartável. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA. O produto deve ser homologado pela MEDTRONIC para uso no navegador.	618834	UN	10	R\$ 45,00	R\$ 450,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 10					R\$ 954,00	
GRUPO 11 - KIT DURAPLASTIA COM PTFE						
36	Dura-mater artificial em PTFE suturável medindo 5x6cm. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	625989	UN	10	R\$ 273,95	R\$ 2.739,50
37	Dura-mater artificial em PTFE suturável medindo 6x10cm. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do	426202	UN	20	R\$ 60,00	R\$ 1.200,00

	produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.					
38	Dura-mater artificial em PTFE suturável medindo 10x12cm. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	426202	UN	30	R\$ 60,00	R\$ 1.800,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 11					R\$ 5.739,50	
GRUPO 12 - MATRIZ DE ENXERTO DURAL						
39	Matriz de enxerto dural em colágeno poroso tipo I extraído de tendão bovino, não suturável, dupla superfície lisa, espessura de 3,5mm, medindo 5,0cm x 5,0 cm, absorvível. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	316775	UN	10	R\$ 3.187,00	R\$ 31.870,00
40	Matriz de enxerto dural em colágeno poroso tipo I extraído de tendão bovino, não suturável, dupla superfície lisa espessura de 3,5mm, medindo 7,5cm x 7,5 cm, absorvível. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação	316776	UN	20	R\$ 3.099,00	R\$ 61.980,00

	do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.					
41	Matriz de enxerto dural em colágeno poroso tipo I extraído de tendão bovino, não suturável, dupla superfície lisa espessura de 3,5mm, medindo 10,0cm x 12,5cm, absorvível. Estéril. Embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação do produto deverá obedecer às normas vigentes da ANVISA.	425298	UN	30	R\$ 3.310,00	R\$ 99.300,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 12					R\$ 193.150,00	
VALOR TOTAL GLOBAL					R\$ 5.134.794,00	

- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, através do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** com a abertura da **Intenção de Registro de Preços (IRP)**, possibilitando a participação de outros órgãos ou entidades que tenham interesse em adquirir o mesmo objeto.
- 1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, conforme o disposto no artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as condições previstas no edital e a disponibilidade de créditos orçamentários, nos termos do artigo 105 da mesma Lei.
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7. Em caso de divergência entre a descrição constante no COMPRASNET (CATMAT) e as especificações do Termo de Referência, prevalecerão as disposições deste último.**
- 1.8. A prorrogação da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no artigo 84 da Lei no 14.133/2021, pode incluir a renovação dos quantitativos originalmente registrados, nos termos do Enunciado no 42 do CJF.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta no ETP.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- somente será admitida a oferta de produtos regularizados perante a ANVISA, por meio de registro, notificação, cadastro ou ato de dispensa, conforme a legislação sanitária aplicável;
- as embalagens deverão assegurar barreira microbiológica, integridade física, rastreabilidade e abertura asséptica, quando aplicável;
- deverão ser observadas as diretrizes do PGRSS do HCE, da Lei nº 12.305, de 2010, e da Resolução CONAMA nº 358, de 2005, inclusive quanto à destinação de embalagens, resíduos, explantes e materiais perfurocortantes, quando aplicável;
- para os itens cuja fabricação ou industrialização se enquadre no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, somente será admitido produto cujo fabricante esteja regularmente inscrito no Cadastro Técnico Federal – CTF, quando aplicável.

4.2. Não se aplica indicação de marca ou modelo específico, vedada a indicação de marca, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas e devidamente motivadas.

4.3. Não será exigida amostra previamente à fase de julgamento. Todavia, após a aceitação da proposta, caso a documentação técnica apresentada não seja suficiente para comprovar o integral atendimento das especificações, o Pregoeiro poderá, por diligência, solicitar amostra física, protótipo, componente ou conjunto representativo do item ofertado.

4.4. Na hipótese do item anterior, a amostra deverá ser entregue no Depósito de Material Cirúrgico do HCE, situado na Rua Francisco Manuel, nº 126, Benfica, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20911-270, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação, admitida prorrogação, uma única vez, por igual período, desde que motivada e aceita pela Administração.

4.5. Quando solicitadas, as amostras serão avaliadas quanto à resistência mecânica, precisão do encaixe entre componentes, qualidade de acabamento, integridade da embalagem, conformidade dimensional, rastreabilidade e compatibilidade com o instrumental /equipamento exigido no certame.

4.6. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante.

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.8. Não haverá exigência de garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão da adoção do SRP, do pagamento somente após a liquidação do quantitativo efetivamente consumido, conforme razões constantes do ETP.

4.9. Não será realizada exclusividade nem reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista a indivisibilidade técnica dos grupos, a incompatibilidade entre componentes de fabricantes distintos, a necessidade de integralidade do sistema implantável/instrumental e o risco concreto à segurança do paciente, nos termos da fundamentação constante do ETP.

4.10. Não se aplica margem de preferência.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

5.1. O fornecimento do objeto será parcelado, sob demanda, observando-se que cada requisição deverá ser atendida em entrega única e integral relativamente ao rol de itens solicitado para o procedimento cirúrgico correspondente.

5.2. O fluxo operacional da contratação observará as seguintes etapas:

- solicitação do procedimento pela equipe assistencial ao Depósito de Material Cirúrgico – DMC;

- emissão de nota de empenho estimativa pela Administração, contemplando o quantitativo provável necessário ao procedimento, inclusive margem de segurança cirúrgica;
- disponibilização física, pela contratada, de todos os itens constantes do empenho estimativo, acompanhados da documentação fiscal cabível à remessa;
- realização do procedimento e preenchimento do mapa/relatório pós-cirúrgico com indicação dos itens efetivamente utilizados;
- devolução dos itens não utilizados, intactos e íntegros, mediante termo próprio e documentação fiscal/administrativa correspondente;
- anulação parcial do empenho em relação aos itens não consumidos;
- emissão da nota fiscal/fatura apenas sobre os quantitativos efetivamente utilizados e aceitos pela fiscalização.

5.3. Em nenhuma hipótese haverá pagamento por materiais não utilizados.

**5.4. O prazo para disponibilização dos materiais, contado do envio da nota de empenho estimativa ou ordem de fornecimento, será de até 48 (quarenta e oito) horas para cirurgias eletivas e de no máximo 6 (seis) horas para cirurgias de urgência/emergência.**

5.6. Caso não seja possível cumprir o prazo assinalado, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvadas situações supervenientes de caso fortuito ou força maior, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.7. Os materiais deverão ser entregues no Hospital Central do Exército – Depósito de Material Cirúrgico, Rua Francisco Manuel, nº 126, Benfica, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20911-270, nos seguintes horários de rotina, sem prejuízo do regime de urgência/emergência: segunda a quinta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 15h00; sexta-feira, das 07h30 às 11h30.

5.8. No caso de produtos estéreis ou perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total de validade recomendado pelo fabricante.

5.9. No momento da entrega/disponibilização deverão ser conferidos, no mínimo, a integridade das embalagens, a compatibilidade com o solicitado, a quantidade, o lote, a validade, o número de registro/notificação/cadastro ANVISA e as etiquetas de rastreabilidade.

5.10. Itens recusados pela fiscalização deverão ser substituídos imediatamente ou em tempo hábil para não frustrar o procedimento, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.11. A contratada deverá assegurar a rastreabilidade integral dos materiais implantáveis e manter disponibilidade para pronto atendimento de recolhimentos sanitários, tecnovigilância e troca imediata de lotes eventualmente suspensos ou proibidos pela ANVISA.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

##### **6.15.1. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:**

- **conferência formal da documentação fiscal e sanitária no recebimento;**
- **verificação do mapa/relatório pós-cirúrgico e da devolução dos itens não utilizados;**
- **conferência entre quantitativo consumido, empenho parcialmente anulado e fatura emitida; e**
- **registro das ocorrências em histórico próprio.**

#### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17. A gestão e a fiscalização dos contratos de fornecimento contínuo serão realizadas no âmbito da Organização Militar de Saúde apoiada.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2% (dois por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **2% (dois por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **3% (três por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, **devendo ser substituídos em prazo compatível com a necessidade do procedimento e, no máximo, em 2 (dois) dias úteis, sem prejuízo da aplicação de penalidades.**

**8.2.1. Os itens não utilizados não integrarão a liquidação da despesa, devendo ser objeto de devolução à contratada e de anulação parcial do empenho.**

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do **recebimento da nota fiscal/fatura correspondente aos itens efetivamente utilizados, após conferência do mapa de consumo, da devolução dos não utilizados e da regularidade documental.**

**8.3.1. O recebimento definitivo poderá ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, quando houver necessidade de diligências adicionais.**

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação, entrega e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MG nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/10/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, mediante utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por grupos conforme anexo, em regime aberto.

9.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação: proposta atualizada; catálogos e folhetos técnicos; documento comprobatório da regularização do produto perante a ANVISA; e, quando cabível, amostra por diligência.

### **Forma de fornecimento**

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços com julgamento por grupo, o critério de aceitabilidade dos preços unitários máximos será aquele constante da Tabela em anexo a este Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. No caso de exercício de atividade de fornecimento de equipamento médico-hospitalar:

9.14.1. a Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA; e

9.14.2. A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sobpena de inabilitação.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.32. a Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA.

9.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. Demonstrem experiência em fornecimento de OPME, implantes ou dispositivos médicos de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, inclusive com logística de entrega para procedimentos cirúrgicos.

9.33.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.33.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 5.134.794,00 (cinco milhões, cento e trinta e quatro mil e setecentos e noventa e quatro reais)**, conforme custos unitários da tabela em anexo.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Por fim, destaca-se que as especificações técnicas, descritivos, quantitativos e justificativas técnicas assistenciais constantes neste documento foram fornecidos e validados pela Organização Militar Demandante, cabendo à Base Administrativa a consolidação processual e adequação administrativo-legal dos documentos da fase interna da contratação.

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

Minuta nos autos.

## **14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

Minuta nos autos.

## **15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Minuta nos autos.

## **16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

Minuta nos autos.

## **17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

Minuta nos autos.

## **18. 6. DOS CASOS OMISSOS**

Minuta nos autos.

19. 7. ALTERAÇÕES

Minuta nos autos.

20. 8. FORO

Minuta nos autos.

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência /Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEX DE FIGUEIREDO BRAZ

Membro da comissão de contratação

JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO

Membro da comissão de contratação



**VIVIANE LUCIA DIONISIO DOS SANTOS**

Membro da comissão de contratação

**BRENO MARTINS GUEDES**

Montagem Administrativa do Processo



*Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 15:08:35.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - 12 Grupos - Neurocirurgia 4.pdf (135.85 KB)
- Anexo II - 1 - APENDICE A - MODELO DE PROPOSTA.docx (28.24 KB)
- Anexo III - 2 - APENDICE B - MODELO DE RELATORIO POS CIRURGICO.docx (25.33 KB)
- Anexo IV - 3 - APENDICE C - MODELO DE RECIBO DE ENTREGA DE OPME.docx (22.12 KB)
- Anexo V - 4 - APENDICE E - TERMO DE AVALIACAO DE AMOSTRA.docx (23.81 KB)
- Anexo VI - 6 - ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO DE CONSIGNACAO.docx (44.97 KB)
- Anexo VII - 7 - DECLARACAO DE ATIVIDADE DE CUSTEIO.docx (29.76 KB)
- Anexo VIII - 8 - DECLARACAO DE DISPONIBILIDADE E ADEQUACAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA.docx (31.94 KB)